

A IMPORTÂNCIA DO PLANO INDIVIDUALIZADO DE TRANSIÇÃO PARA ESTUDANTES PÚBLICO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO CONTEXTO DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

Mariana Ferraz¹

Juliane Aparecida de Paula Perez Campos²

RESUMO

O Plano Individualizado de Transição (PIT) emerge como uma ferramenta essencial para facilitar a transição dos estudantes da escola para a vida adulta, fornecendo orientação individualizada, apoio emocional e planejamento de metas realistas. Para a efetivação do PIT, é fundamental que o suporte providenciado no AEE, esteja alinhado de forma concisa com esse processo. O profissional do AEE desempenha um papel central para o êxito dessa transição. Ao reconhecer as habilidades, interesses e necessidades únicas de cada escolar, o PIT visa capacitar os estudantes com deficiência ou outras necessidades educacionais específicas a alcançarem sua independência pessoal, acadêmica e profissional. Nesse propósito, teve-se como objetivo do trabalho analisar a partir da literatura aspectos importantes e necessários para realização do PIT para estudantes público da educação especial no contexto do Atendimento Educacional Especializado (AEE). Enfatizou-se a importância da colaboração entre educadores, familiares e profissionais de apoio na implementação eficaz do PIT, destacando a necessidade de uma abordagem interdisciplinar e centrada no estudante, bem como a importância de uma abordagem abrangente e colaborativa, envolvendo uma avaliação individualizada das habilidades e necessidades de cada estudante, com a participação ativa do estudante. A definição de metas realistas e mensuráveis, em conjunto com a família, permite o desenvolvimento de habilidades sociais e profissionais necessárias para a transição para a vida adulta. Conclui-se que investir no desenvolvimento e implementação de PIT voltados às necessidades da população de estudantes público da Educação Especial na EJA é de suma importância para garantir uma transição para a vida adulta e para promover uma educação inclusiva e de qualidade para todos os estudantes, necessitando de mais trabalhos e discussões na área.

Palavras-chave: Vida independente, Vida adulta, Inclusão.

¹ Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Educação Especial da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), mariana.ferraz@estudante.ufscar.br;

² Professora Doutora do Programa de Pós-graduação em Educação Especial da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), juliane@ufscar.br.

INTRODUÇÃO

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) é uma modalidade de ensino que visa promover a inclusão educacional de estudantes com necessidades educacionais especiais. Este serviço complementar ocorre de forma contínua e sistemática, oferecendo recursos, estratégias pedagógicas e materiais específicos para atender às demandas individuais de aprendizagem. O AEE, segundo a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva tem como finalidade:

(...) identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas. As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela (Brasil, 2008, p.1).

O público do AEE é composto por estudantes público da educação especial (PEE) que apresentam necessidades educacionais especiais, tais como deficiência física, visual, auditiva, sensorial, intelectual, múltipla, transtornos globais do desenvolvimento (como autismo) e altas habilidades/superdotação. Esses estudantes necessitam de suportes adicionais e adaptações curriculares para alcançar os objetivos educacionais estabelecidos (Brasil, 2009). O AEE é direcionado tanto para estudantes da educação básica quanto da educação superior, adaptando-se às particularidades de cada indivíduo e proporcionando um ambiente educacional inclusivo que valoriza a diversidade e promove o pleno desenvolvimento de suas potencialidades acadêmicas e sociais (Brasil, 2009).

A transição dos estudantes PEE para a vida adulta é um processo complexo e essencial para garantir sua plena inclusão na sociedade, sendo um período de grandes mudanças, marcando o desenvolvimento de competências e habilidades essenciais para a autonomia e a gestão da própria vida. Esse processo envolve a capacidade de tomar decisões sobre o futuro, como escolher uma profissão ou continuar os estudos em uma universidade. O Plano Individualizado de Transição (PIT) surge como uma ferramenta fundamental para apoiar esses estudantes em sua trajetória educativa e profissional, promovendo a autonomia e a independência. A elaboração de um PIT envolve uma série de etapas que precisam ser cuidadosamente planejadas e executadas, com a participação

ativa de educadores, famílias e outros profissionais envolvidos no processo educativo (Soriano, 2006).

A discussão sobre o planejamento para a vida adulta é citada desde a Declaração de Salamanca (Unesco, 1994):

os jovens com necessidades educativas especiais devem ser ajudados para fazerem uma efetiva transição da escola para a vida adulta. As escolas devem apoiá-los a tornarem-se economicamente ativos e dotá-los com as competências necessárias à vida diária, oferecendo formação em competências que respondam às exigências sociais e de comunicação e às expectativas da vida adulta (Unesco, 1994).

O PIT é um documento personalizado que define as metas e os passos necessários para a transição dos estudantes da educação especial para a vida pós-escolar. Ele é desenvolvido com base nas necessidades, habilidades e interesses individuais de cada estudante, garantindo que o plano seja relevante e eficaz. A criação deste plano exige uma avaliação detalhada das capacidades e dificuldades do estudante, bem como a identificação de oportunidades de aprendizado e desenvolvimento em diversos contextos, como a educação continuada, o emprego e a vida comunitária (Furtado, 2022).

Ao organizar o PIT é possível que as necessidades de serviços de transição de um estudante passem por evoluções e mudanças desde as necessidades identificadas aos 14 anos, idade em que se inicia a construção do Plano Individual de Transição (PIT). Essas necessidades podem englobar diferentes trajetórias educacionais, experiências de aprendizado, treinamento de habilidades e atividades estratégicas destinadas a preparar o estudante para a transição para o ensino superior, facilitar o acesso ao emprego e promover uma integração bem-sucedida na vida adulta (Fânzeres; Cruz-Santos; Santos, 2019).

Um dos aspectos mais importantes do PIT é a colaboração entre todas as partes envolvidas. Isso inclui não apenas os educadores e os pais, mas também os próprios estudantes, que devem ser encorajados a participar ativamente do planejamento de seu futuro (Soriano, 2006). A inclusão dos estudantes no processo de elaboração do PIT é fundamental para garantir que suas vozes sejam ouvidas e que suas preferências e aspirações sejam levadas em consideração. A colaboração com outras instituições, como agências de emprego e serviços de apoio, é essencial para criar uma rede de suporte abrangente (Macário, 2018).

A implementação do PIT exige um acompanhamento contínuo e ajustamentos periódicos. À medida que os estudantes progredem e suas necessidades e metas

evoluem, o plano deve ser revisado e atualizado para refletir essas mudanças. Este processo dinâmico garante que o PIT permaneça relevante e eficaz ao longo do tempo, proporcionando o suporte necessário em cada etapa da transição. A avaliação contínua também permite identificar e superar possíveis barreiras, garantindo que os estudantes tenham as melhores oportunidades para alcançar seus objetivos (Macário, 2018).

A passagem da escola para o ambiente profissional para pessoas com deficiência não ocorre de maneira linear. Devendo haver um engajamento ativo tanto por parte da família quanto do próprio indivíduo, destaca-se a importância de estabelecer uma relação de cooperação efetiva com o setor empregatício para facilitar essa transição (Lopes, 2016).

O PIT se apresenta como uma ferramenta fundamental para facilitar a superação de desafios e a eliminação de obstáculos durante a transição da escola para a vida em sociedade. É essencial que o PIT seja revisado e atualizado regularmente, assegurando o envolvimento e a participação de todos os envolvidos. Esse processo deve abranger suas múltiplas dimensões, promovendo uma associação e articulação efetivas entre a escola, a família e a sociedade (Burock, 2023).

Para a preparação para a vida adulta, o PIT delinea estratégias específicas para facilitar a transição de estudantes com necessidades educacionais especiais. Essas estratégias são projetadas para mitigar os desafios que possam surgir durante a educação obrigatória e para preparar os indivíduos para uma participação efetiva em atividades profissionais, promovendo assim uma inserção social adequada (Fânzeres; Cruz-Santos; Santos, 2019).

O PIT não apenas visa superar obstáculos educacionais, mas também visa desenvolver competências essenciais que são fundamentais para uma integração bem-sucedida na sociedade adulta. Ao garantir que o plano seja constantemente revisado e atualizado, ele promove o envolvimento ativo de todos os interessados, incluindo escolas, famílias e a própria comunidade, fortalecendo a articulação necessária para o sucesso do processo de transição (Fânzeres; Cruz-Santos; Santos, 2019).

Este trabalho teve como objetivo analisar a partir da literatura aspectos importantes e necessários para realização do PIT para estudantes público da educação especial no contexto do Atendimento Educacional Especializado (AEE).

MÉTODOS

A proposta de pesquisa delineada neste trabalho, adotando um formato bibliográfico, fundamentou-se na identificação e análise do estado atual do conhecimento sobre o tema investigado (Gil, 2017; Martins; Theóphilo, 2016). O objetivo foi compilar informações que possam inspirar os leitores e, assim, contribuir para a formação de novos entendimentos, orientando ações no contexto escolar sob uma perspectiva inclusiva.

Martins e Theóphilo (2016, p. 52), que descrevem essa abordagem como "uma pesquisa bibliográfica que busca explicar e discutir um assunto, tema ou problema com base em referências publicadas". O principal objetivo dessa metodologia é conhecer, analisar e explorar as contribuições existentes sobre o tema em estudo, sendo um recurso essencial para o desenvolvimento do conhecimento científico (Martins; Theóphilo, 2016).

Para realizar a pesquisa, adotou-se um processo rigoroso de coleta de dados, visando identificar discussões sobre inconsistências, contradições e proposições funcionais no contexto em questão. Este processo foi dividido em quatro etapas: 1) busca em bases de dados confiáveis para obter o acervo inicial; 2) leitura preliminar para a seleção do material; 3) leitura seletiva; e 4) leitura reflexiva (Andrade, 2010). A última etapa permite uma análise mais aprofundada para a seleção das informações que serão incorporadas à pesquisa, sendo a fase que exige maior cautela e rigor na análise dos dados para a contribuição subsequente dos pesquisadores.

Dentro desse escopo, a pesquisa abrange os principais autores que discutem a temática do profissional de apoio à inclusão no contexto brasileiro. Foi realizada uma leitura minuciosa para a seleção das abordagens relacionadas ao tema, com o intuito de desenvolver um estudo aprofundado sobre elas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Segundo Redig (2019), o objetivo final da escola não deve se limitar apenas à certificação e, em alguns casos, à aprovação em processos seletivos para o ingresso no ensino superior. Em vez disso, a escola precisa proporcionar percursos formativos que permitam aos estudantes, especialmente aqueles com deficiência, visualizar diferentes caminhos de formação, inserção no mundo do trabalho e na vida adulta. Este enfoque

mais abrangente e inclusivo é importante para garantir que todos os estudantes tenham oportunidades reais de desenvolver suas habilidades e talentos de maneira integral, permitindo-lhes alcançar uma vida independente e satisfatória.

Para os escolares com deficiência, essa visão ampliada do papel da escola é ainda mais essencial. Muitas vezes, esses estudantes enfrentam barreiras adicionais que podem dificultar sua progressão acadêmica e profissional, portanto, a escola deve oferecer não apenas um currículo acadêmico robusto, mas também programas de desenvolvimento de habilidades sociais e profissionais, estágios e oportunidades de aprendizagem prática que preparem os estudantes para os desafios do mundo real. Isso inclui a promoção da autonomia, da capacidade de tomada de decisão e da participação ativa na comunidade, elementos fundamentais para uma transição bem-sucedida para a vida adulta (Redig, 2019).

A implementação de percursos formativos diversificados requer uma abordagem personalizada e flexível, que considere as necessidades e os interesses individuais dos estudantes, isso significa que a escola deve trabalhar em estreita colaboração com as famílias, os profissionais de apoio e a própria comunidade para criar um ambiente de aprendizagem que seja inclusivo e responsivo. Ao possibilitar que os estudantes com deficiência visualizem e explorem diferentes caminhos para sua formação e inserção no mundo do trabalho, a escola cumpre seu papel de promotora da igualdade de oportunidades e do desenvolvimento integral de todos os seus estudantes, contribuindo para uma sociedade mais justa e inclusiva (Redig, 2019).

No contexto da nova legislação, o Decreto-Lei 54, a elaboração do PIT deve ser orientada por uma visão abrangente e baseada na troca de toda informação relevante. Isso exige que a equipe multidisciplinar, juntamente com o estudante e os pais, esclareça: interesses, potencialidades e habilidades do estudante; áreas a serem desenvolvidas; atividades a serem realizadas; entidades envolvidas e locais onde as atividades ocorrerão; responsáveis/interlocutores em cada etapa do processo; e mecanismos de monitoramento e supervisão (DGE, 2018).

No AEE, o PIT é elaborado de maneira colaborativa por uma equipe multidisciplinar que inclui professores, especialistas e familiares, garantindo que todas as necessidades do estudante sejam atendidas de forma personalizada. Esse planejamento cuidadoso é necessário para facilitar a transição entre diferentes etapas da vida escolar e para a vida adulta, permitindo que os estudantes desenvolvam habilidades

acadêmicas, sociais e vocacionais de forma integrada e contínua (Redig; Pinheiro, 2018).

A implementação do PIT no AEE também fortalece a relação entre a escola, a família e a comunidade, criando uma rede de suporte essencial para o sucesso educacional e pessoal dos estudantes. A colaboração estreita entre todos os envolvidos no processo educativo garante que as estratégias de ensino e as intervenções sejam alinhadas com os objetivos de longo prazo do estudante, facilitando a sua inserção no mercado de trabalho e na vida adulta independente. Sitlington e Clark (2000) ressaltam a importância dessa parceria para o desenvolvimento de um plano de transição que não só atenda às necessidades imediatas do estudante, mas que também promova sua autonomia e participação plena na sociedade.

O papel da família no desenvolvimento e implementação do PIT não pode ser subestimado. A colaboração entre a família e a equipe multidisciplinar é fundamental para assegurar que o plano seja realista e adaptado às necessidades do estudante. A participação ativa dos pais ou responsáveis oferece uma perspectiva valiosa sobre os interesses e habilidades do estudante, além de promover um ambiente de apoio, fator importante para a eficácia do PIT (DGE, 2018).

A transição para a vida independente, desenvolvida pelas instituições de ensino, deve focar principalmente no jovem com deficiência:

Uma abordagem centrada na pessoa tem por objectivo último a criação de apoios e oportunidades que permitam ao jovem com NEE [necessidades educacionais especiais] experimentar uma vida autodirigida. É fundamental que o jovem conduza o planeamento da transição para garantir que o plano de transição reflecta quem ele é e o que quer atingir. Como resultado, muitas vezes os profissionais são desafiados a reavaliar e alterar os programas existentes, serviços, práticas e políticas. (Mota, 2012, p.20)

Segundo Redig (2019, p. 12), é essencial na elaboração do Plano Individual de Transição (PIT) compreender três aspectos fundamentais: "1) A situação atual do aluno; 2) Seu destino futuro; e 3) Os meios para alcançar esse destino". Esse entendimento possibilita a formulação de estratégias direcionadas não apenas para a educação, treinamento e capacitação do estudante, mas também para incluir atividades laborais e o desenvolvimento de habilidades necessárias para a autonomia.

Nesse sentido, Fânzeres, Cruz-Santos e Santos (2019, p.6) afirmam que "O PIT é essencial, pois permite analisar as competências pessoais e criar uma perspectiva individualizada para o futuro, preparando o jovem para enfrentar novos desafios e novas

oportunidades”. Dessa forma, o PIT possibilita a elaboração de práticas pedagógicas individualizadas e organizadas, permitindo o planejamento de ações e metas que visam contemplar o desenvolvimento de habilidades para a vida independente.

O PIT se configura como uma estratégia pedagógica fundamental para apoiar a educação de estudantes com deficiência. Este plano integra de forma harmoniosa os conteúdos acadêmicos, os interesses individuais e o desenvolvimento de habilidades laborais. Ao orientar o trabalho do professor, o PIT estrutura tanto a ação pedagógica quanto o AEE, com o objetivo de facilitar a transição desses estudantes. Assim, ele viabiliza o desenvolvimento de um trabalho educacional que esteja alinhado com as necessidades apresentadas pelo jovem ou adulto ao longo de seu percurso educativo (Redig; Pinheiro, 2018).

Para Redig (2024) o PIT é um instrumento que auxilia:

- 1) na organização do percurso formativo do aluno com deficiência; 2) estabelece metas para/na escolarização; 3) elabora planos/perspectivas para o momento pós- -escola; 4) possibilita que o aluno escolha o seu “destino”; 5) permite que o aluno seja protagonista; 6) permite a construção de rede de apoio para o aluno; 7) oportuniza a construção de networking

No contexto do AEE, proporciona uma estrutura clara para a implementação de estratégias e intervenções específicas que visam superar as barreiras educacionais enfrentadas pelos estudantes com necessidades especiais. Autores como Redig e Pinheiro (2018) destacam a importância de adaptar o currículo e os métodos de ensino às necessidades individuais de cada estudante, o que é viabilizado pelo PIT. O documento permite a identificação precisa das áreas em que o estudante necessita de apoio adicional e orienta a aplicação de recursos pedagógicos e tecnológicos adequados, promovendo um ambiente de aprendizagem inclusivo e eficaz.

Para Mota (2012), a finalidade de abordar a transição para a vida adulta de jovens com deficiência é oferecer oportunidades e vivências ao longo dos anos escolares, possibilitando uma orientação completa em todos os aspectos desta etapa, seja na inserção no mercado de trabalho, na continuidade da educação ou na participação ativa na comunidade.

Ao focar nas habilidades práticas, sociais e profissionais necessárias para a autonomia, o PIT promove a independência e a autoconfiança, permitindo que as pessoas com deficiência alcancem seu pleno potencial, não apenas beneficiando os

indivíduos, mas também contribuindo para uma sociedade mais inclusiva e diversificada (Redig; Pinheiro, 2018).

Diversas habilidades são desenvolvidas quando o PIT é elaborado e aplicado: habilidades acadêmicas, sociais, de autodefensoria, autogestão, laborais, comunitárias, de vida diária, de vida adulta, de autonomia, de vida independente e de cidadania (Redig; Pinheiro, 2018).

Um planejamento de transição eficaz deve ser centrado no estudante e guiado por ele mesmo. O primeiro passo desse processo envolve a coleta abrangente de informações sobre os pontos fortes, necessidades, preferências e interesses atuais dos estudantes. Devendo ser realizado considerando os contextos atuais e futuros de trabalho, educação, vida pessoal e social (Sitlington; Clark, 2000). Os autores identificam três etapas fundamentais no planejamento:

a) Processo de Avaliação: Este processo inclui a coleta de dados provenientes de avaliações formais ou informais dos estudantes. Envolvendo a análise de pontos fortes, necessidades, preferências, interesses, habilidades acadêmicas, interesses de carreira e habilidades de autodeterminação e vida independente. Esses dados podem ser documentados de maneira abrangente em um portfólio que acompanha o estudante ao longo de sua trajetória educacional e profissional, facilitando transições ao longo do tempo.

b) Definição dos Objetivos Pós-Secundários: Nesta etapa, são estabelecidos objetivos relacionados à formação/educação, emprego e vida independente. Esses objetivos devem ser mensuráveis com base nos dados de avaliação da transição e no entendimento das opções pós-secundárias. A contribuição de toda a equipe envolvida no Plano Educacional Individualizado (PEI), incluindo o próprio estudante, é fundamental para essa definição.

c) Necessidades de Formação e Serviços: Este processo envolve a identificação de serviços de transição e atividades necessárias para ajudar o estudante a alcançar seus objetivos pós-secundários. Incluindo a definição de metas educacionais específicas no PEI para apoiar serviços de transição ou a conclusão de cursos de estudo. Além disso, implica colaboração com diversas agências ou partes interessadas que possam contribuir para o sucesso da transição do ensino médio para níveis superiores. Sendo a participação ativa dos estudantes de grande importância para decisões relacionadas aos serviços necessários, seja na conclusão de cursos ou em atividades de desenvolvimento

de carreira dentro e fora da escola, para facilitar a realização de seus objetivos pós-secundários.

Redig (2019) enfatiza a importância de discutir o processo de transição, estruturando o planejamento de atividades que desenvolvam habilidades sociais e ofereçam uma educação mais rica e significativa para esses indivíduos. A autora observa que as escolas, na maioria das vezes, concentram-se no ensino de conteúdos acadêmicos, sem proporcionar aos jovens e adultos com deficiência intelectual uma formação que favoreça a capacitação para uma vida adulta independente e autônoma. Portanto, a transição para a vida pós-escola precisa ser iniciada ainda no ambiente escolar, por iniciativas que ofereçam experiências de trabalho, desenvolvimento de habilidades laborais e sociais, além de um currículo diferenciado que permita a personalização das ações (Redig; Mascaro; Estef, 2016).

A personalização das ações no currículo escolar permite que cada estudante receba um suporte direcionado às suas necessidades individuais, garantindo que todos tenham as mesmas oportunidades de sucesso, podendo incluir a adaptação de materiais didáticos, o uso de tecnologias assistivas e a implementação de estratégias pedagógicas diferenciadas que atendam às particularidades de cada estudante. A abordagem personalizada também facilita a identificação precoce de possíveis dificuldades e a elaboração de planos de intervenção específicos, contribuindo para uma transição mais suave e eficaz para a vida pós-escolar. Ao proporcionar um ambiente educacional inclusivo e adaptado, as escolas podem desempenhar um papel decisivo na formação de indivíduos capazes de viver de maneira independente e plenamente integrada à sociedade (Redig; Mascaro; Estef, 2016).

O PIT desempenha um papel essencial na rede de apoio que sustenta o processo de transição. Ao reconhecer as especificidades das deficiências individuais, o PIT contribui para a promoção da igualdade de oportunidades. Adaptando os planos de transição de acordo com as capacidades e necessidades únicas de cada pessoa, o PIT se revela uma ferramenta valiosa na quebra de estigmas e na promoção da inclusão (Antunes, 2012).

Ao personalizar as estratégias e intervenções com base nas características e habilidades individuais dos estudantes, o PIT fortalece a eficácia das abordagens educacionais e sociais. Essa personalização não apenas melhora o desenvolvimento das competências necessárias para a vida adulta, mas também assegura que cada estudante tenha acesso a oportunidades que correspondam às suas necessidades específicas e

potencialidades (Antunes, 2012). Dessa forma, o PIT não só facilita a transição ao promover um suporte direcionado e adaptado, mas também contribui para a construção de uma sociedade mais inclusiva e equitativa, desafiando preconceitos e proporcionando um caminho mais acessível para todos os indivíduos, independentemente de suas deficiências.

A formação contínua dos profissionais envolvidos é também deve ser de grande relevância para o sucesso do PIT. Professores, orientadores e outros membros da equipe devem estar atualizados sobre as melhores práticas e estratégias de transição. Investir em capacitação profissional garante que todos os envolvidos estejam bem equipados para enfrentar os desafios e maximizar as oportunidades para os estudantes (Padrão, 2023).

O professor é fundamental para a inclusão de estudantes com deficiência. Ao longo de sua carreira, ele enfrenta inúmeros desafios, incluindo a diversidade presente nas escolas. É responsabilidade do educador buscar estratégias para renovar sua abordagem didática. Para isso, é essencial uma formação contínua que permita reavaliar e analisar suas práticas, com o objetivo de respeitar e valorizar as diferenças, colocando-se no lugar do outro. Esses princípios são fundamentais para a proposta inclusiva (Rocha, 2017).

Redig (2024) afirma que é fundamental que os profissionais envolvidos recebam formação continuada, preferencialmente no ambiente de trabalho, para que estejam bem preparados para liderar esse processo. A equipe deve estar adequadamente estruturada para apoiar o estudante com deficiência intelectual de maneira eficaz, no entanto, pode ser desafiador reunir todos os profissionais necessários para participar dos cursos.

Assim, é importante oferecer a formação para os professores de AEE visto que esses profissionais, em colaboração com os alunos com deficiência, desempenham um papel central na criação e na execução do PIT. Com um treinamento adequado, esses professores estarão mais bem equipados para compreender as nuances das necessidades individuais de cada estudante e para desenvolver estratégias personalizadas que facilitem uma transição bem-sucedida para a vida adulta. A formação contínua desses docentes garante que eles possam adaptar o PIT às mudanças e evoluções nas circunstâncias dos escolares, promovendo uma abordagem mais integrada e eficaz na preparação para a vida pós-escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O PIT representa uma ferramenta vital para a integração bem-sucedida de estudantes com deficiência no contexto da educação especial. Este plano, ao oferecer uma abordagem estruturada e personalizada para a transição da escola para a vida adulta, assegura que as necessidades específicas de cada estudante sejam abordadas de maneira eficaz. A sua implementação no AEE fortalece a qualidade do suporte oferecido, promovendo uma educação mais inclusiva e adaptada às demandas individuais.

Ressalta-se também a importância das áreas de intervenção do PIT, que se configuram como um conjunto estruturado e interligado de atividades específicas para cada estudante, garantindo oportunidade, acesso e suporte na transição da escola para atividades pós-escolares.

A análise dos elementos que compõem o PIT revela a importância de uma abordagem centrada no estudante, que considera não apenas suas habilidades e desafios atuais, mas também suas aspirações futuras. A construção de um plano que inclua metas claras e ações específicas facilita a preparação dos estudantes para enfrentar com confiança os desafios da vida adulta. A inclusão de estratégias práticas e o envolvimento da família e dos profissionais da educação são aspectos que contribuem significativamente para a eficácia do PIT.

O papel do AEE na implementação do PIT proporciona o suporte necessário para que os estudantes desenvolvam as competências exigidas para uma vida independente. A interação entre o PIT e o AEE garante que as estratégias pedagógicas sejam ajustadas às necessidades específicas de cada estudante, promovendo uma transição mais suave e bem-sucedida. Essa integração reforça a importância de uma abordagem coordenada e personalizada na educação especial.

A participação ativa da família e dos educadores na elaboração e execução do PIT é fundamental para o seu sucesso. A colaboração entre todos os envolvidos assegura que o plano de transição seja realista e alinhado com as expectativas e necessidades do estudante. A contínua avaliação e revisão do PIT permitem ajustes conforme necessário, garantindo que o plano permaneça relevante e eficaz ao longo do tempo.

Em conclusão, o PIT é uma peça chave no processo de transição para a vida adulta dos estudantes com deficiência. Ao integrar as práticas do AEE e envolver ativamente famílias e profissionais, o PIT oferece um caminho claro e estruturado para

o desenvolvimento da autonomia e integração social dos estudantes. A sua implementação eficaz é essencial para proporcionar oportunidades equitativas e apoiar os estudantes em sua jornada para uma vida adulta plena e independente, mas ainda há muito a ser discutido, principalmente na formação de professores para que possam realizar a construção do documento.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Elisabete Baptista. **Impacto do PIT na qualidade de vida de uma jovem com dificuldade intelectual e desenvolvimental**. Castelo Branco: IPCB. Escola Superior de Educação. 234 f. Dissertação de Mestrado em Educação Especial, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ipcb.pt/handle/10400.11/1614>. Acesso em: 18 jul. 2024.

BRASIL. Resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009. **Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica**, modalidade Educação Especial, Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. 2009.

BUROCK, Neuzilene Ferreira Nascimento. **Alfabetramento: Plano Individualizado de Transição para um adulto com deficiência intelectual**. 2023. 128 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: <https://www.btd.uerj.br:8443/handle/1/20402>. Acesso em: 9 dez. 2023.

DGE. **Para uma Educação Inclusiva: Manual de Apoio à Prática**, 2018

FÂNZERES, Luís; CRUZ-SANTOS, Anabela; SANTOS, Sofia. PLANO INDIVIDUAL DE TRANSIÇÃO: PERCURSO DE SUCESSO PARA ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS. **Revista Educação Especial em Debate**, [S. l.], v. 4, n. 8, p. 5-21, jul./dez.2019. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/reed/article/view/28538>. Acesso em: 17 jul. 2024.

FURTADO, Ingrid Cibele Costa. **A implementação de um Plano Individual de Transição para facilitação do processo de transição da escola para o mundo laboral de uma aluna com Transtorno do Espectro do Autismo**. 2022. 109 p. Dissertação (Mestrado em Educação Especial) - Escola Superior de Educação Politécnico de Coimbra, 2022. Disponível em: <https://comum.rcaap.pt/handle/10400.26/40518?mode=full>. Acesso em 22 jul. 2024.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

LOPES, Betania Jacob Stange. Programa de transição para a vida adulta de jovens com Deficiência Intelectual em ambiente universitário. 2016. f. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Educação Especial, Universidade Federal de São

Carlos, São Carlos, 2016. Disponível em:
<https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/8121?show=full>. Acesso em: 11 jul. 2024.

MACÁRIO, Ana Paula Gomes da Costa Martins de Araújo. **Transição para a Vida Pós Escolar/Mundo do Trabalho de Alunos com Necessidades Educativas Especiais**. 2018. 105 p. Dissertação (Mestrado em Educação Especial) - Instituto Politécnico de Viseu, 2018. Disponível em:
<https://repositorio.ipv.pt/handle/10400.19/6069>. Acesso em: 21 jul. 2024.

MARTINS, Gilberto de Andrade; THEÓPHILO, Carlos Renato. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

MOTA, Ana Paula Roriz. **O Processo de Transição dos alunos com Necessidades Educativas Especiais para a vida pós-escolar: Um estudo de caso no Centro de Recursos para Inclusão do concelho de Guimarães**. 158f. Dissertação (Mestrado em Necessidades Educativas Especiais). Instituto Superior de Educação e Ciências. Portugal, Lisboa, 2012.

PADRÃO, Mariana dos Santos. **Formação continuada para profissionais da educação na pandemia: transição educacional de pessoas com deficiência intelectual para o mundo do trabalho**. 2023. 112 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

REDIG, Annie Gomes. Caminhos formativos no contexto inclusivo para estudantes com deficiência e outras condições atípicas. **Revista Educação Especial**, v. 32, n. 1. , 2019. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=313158902045>. Acesso em: 20 jul. 2024.

REDIG, Annie Gomes. **Transição educacional para vida independente para pessoas com deficiência intelectual: programa de formação docente**. In: CAMPOS, Juliane Aparecida de Paula Perez; BUENO, Melina Brandt; LEITE, Graciliana Garcia. Interface entre educação especial e educação de jovens e adultos: reflexões sobre as demandas formativas e atuação docente. São Carlos: Editora de Castro EDESP-UFSCar, 2024.

REDIG, Annie Gomes; MASCARO, Cristina Angélica Aquino de Carvalho; ESTEF, Suzanli. Estudantes com Deficiência Intelectual: perspectivas para a vida adulta e o plano individual de transição. In: VII Congresso Brasileiro de Educação Especial. São Carlos: 2016. **Anais [...]**, São Carlos, 2016. Disponível em:
<https://proceedings.science/cbee/cbee7/trabalhos/estudantes-com-deficiencia-intelectual-perspectivas-para-a-vida-adulta-e-o-plano?lang=pt-br#>. Acesso em: 03 ago. de 2024.

REDIG, Annie Gomes; PINHEIRO, Vanessa Cabral da Silva. PLANO INDIVIDUALIZADO DE TRANSIÇÃO: POSSIBILIDADES PARA A INSERÇÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL NO MUNDO LABORAL. **Apae Ciência**, [S. l.], v. 9, n. 1, p. 44–56, 2018. Disponível em:
<https://apaeciencia.org.br/index.php/revista/article/view/137>. Acesso em: 20 jul. 2024.

ROCHA, Artur Batista de Oliveira. **O Papel do Professor na Educação Inclusiva.** Ensaios Pedagógicos, v.7, n.2, Jul/Dez 2017.

SITLINGTON, Patricia. Louise; CLARK, Gary. Merrill; KOLSTOE, Oliver. Paul. **Transition education and services for adolescents with disabilities.** 3.ed. Needham Heights, MA: Allyn & Bacon, Incorporated, 2000.

SORIANO, Victoria. **Planos Individuais de Transição. Apoiar a Transição da Escola para o Emprego.** Middelfart: European Agency for Development in Special Needs Education, 2006. Disponível em:
https://www.european-agency.org/sites/default/files/individual-transition-plans_itp_pt.pdf. Acesso em: 20 jul. 2024.

UNESCO. **Declaração de Salamanca sobre Princípios, Políticas e Práticas em Educação Especial: Acesso e Qualidade para Todos.** Madrid: Organização das Nações Unidas, 1994.